

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
ESTADO DO PARANÁ

CHAMAMENTO PÚBLICO: 07/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 42/2025

Objeto: Credenciamento de laboratórios para realização de exames constantes na tabela SIGTAP, visando atender as necessidades de diagnósticos de pacientes atendidos pelo SUS no município de Curiúva/PR.

Emissão: / /2025

Abertura: / /2025



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA: 76167725000130
PUB. Nº 017/2025
Local: CURIÚVA - PARANÁ
Assinatura: 017/2025

MUNICÍPIO DE
CURIÚVA

ANO XI | Publicação Nº 13032 | quarta-feira, 8 de janeiro de 2025 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

DECRETO Nº 017/2025

Súmula: Nomeia Servidores para atuarem nas Licitações e Contratações Municipais.

CHRISTIANO GIUNTA BORGES, Prefeito Municipal de Curiúva, Estado do Paraná, com supedâneo na Lei nº 14.133/2021, bem como no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para atuarem nas Licitações e Contratações Municipais, conforme Lei Nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, nas seguintes funções:

AGENTE DE CONTRATAÇÕES:

- Aline de Almeida Freitas CPF: 083.***.***-61

PREGOEIRO:

- Luciana Marília da Costa CPF: 200.***.***-94

EQUIPE DE APOIO:

- Naiara Ferreira Mendes CPF: 144.***.***-39

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Curiúva, em 08 de Janeiro de 2025.

CHRISTIANO GIUNTA BORGES

Prefeito Municipal



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP-Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 761677250001-30 em 08/01/2025
Av. Antônio Cunha, 81 - Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 - Curiúva - Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do site www.curiuva.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Mem. nº 416/2025

Curiúva, 18 de Março de 2025.

PREZADO SENHOR

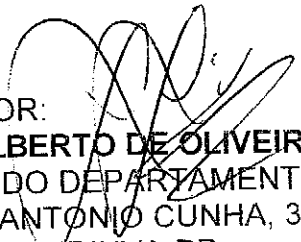
Venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria solicitar abertura do processo de Credenciamento de laboratórios que estejam aptos a realizar exames de acordo com a tabela SIGTAP, garantindo qualidade, segurança e eficácia no atendimento aos pacientes.

O credenciamento visa garantir que a Secretaria consiga atender com mais eficiência a demanda local e proporcionar à população exames rápidos e confiáveis, de acordo com as exigências do SUS.

O valor global máximo estimado é de R\$ 420.000,00 baseado nos gastos mensais.

Atenciosamente,


LUÍZ VANTUIL AJUZ
Secretário Municipal Saúde


AO SENHOR:
JORGE ALBERTO DE OLIVEIRA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVENIDA ANTONIO CUNHA, 365
CENTRO – CURIÚVA-PR

PROTOCOLADO EM

23, 03 /2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO COMPRAS

MEM Nº 225 / 2025

Curiúva PR, 20 de março de 2025.

A
DEP. DE LICITAÇÕES

Venho respeitosamente solicitar abertura do processo de Credenciamento de laboratórios que estejam aptos a realizar exames de acordo com a tabela SIGTAP (Sistema de Gerenciamento de Tabelas de Procedimentos, Medicamentos e OPMEs do SUS) – tabela disponível no endereço <http://sigtap.datasus.gov.br/tabelaunificada/app/sec/inicio.jsp>, visando atender às necessidades de diagnósticos de pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Curiúva.

1- DESCRIÇÕES SUCINTAS DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de:

1.1- Diagnóstico Laboratorial de Análise Clínica;

1.2- Anatomia Patológica e Citopatologia aos usuários do SUS do Município de Curiúva.

2- Prazo de entrega

Tempo médio de 40 minutos para entrega dos resultados, visto que hospital é de emergência uma vez que trata-se de serviço continuado.

A justificativa da contratação laboratório no raio de DENTRO DO MUNICÍPIO sede da Prefeitura Municipal de Curiúva é essencial para garantir a agilidade e eficiência no atendimento, especialmente devido à sua relação direta com o hospital local. A proximidade entre o laboratório e a unidade hospitalar permite que os exames sejam realizados de forma rápida, garantindo que os resultados cheguem de maneira ágil aos profissionais de saúde, o que é crucial para o diagnóstico e tratamento imediato dos pacientes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

3- MATERIAIS/SERVIÇOS

Descrição detalhada	Valor Mensal (R\$)	Valor Global (R\$)
Registro de Preços de Exames Laboratoriais para a Saúde Pública do Município de Curiúva	R\$30.000,00	R\$360.000,00
Registro de Preços de Exames Laboratoriais para o Hospital Municipal de Curiúva	R\$5.000,00	R\$60.000,00
Valor Total	R\$35.000,00	R\$420.000,00

4- DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA DA EMPRESA

Das condições de participação:

Poderá participar deste processo qualquer pessoa jurídica legalmente habilitada e apta a realizar os serviços constantes de acordo com o objeto deste. A empresa contratada deverá fornecer a prestação de serviços de realização dos exames laboratoriais de análises clínicas, constantes na tabela de serviços laboratoriais do SUS.

Documentos: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores.

Quanto á regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede do licitante;
- e) Alvará de localização e Alvará sanitário;
- f) Prova de regularidade com o fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

Sem mais para o presente, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,
JORGE ALBERTO DE OLIVEIRA
DEP. COMPRAS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

SOLICITAÇÃO DE COMPRA – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

INTRODUÇÃO

O Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação.

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PREENCHIMENTO PELA ÁREA REQUISITANTE

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Datas previstas para conclusão do processo: 20/04/2025

1.2 Secretária Participante do Processo.

- ☐ Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
- ☐ Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- ☐ Secretaria Municipal de Assistência Social
- ☐ Secretaria Municipal de Educação
- ☐ Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
- ☒ Secretaria Municipal de Saúde

1.3 Objeto:

- ☐ Serviço não continuado
- ☒ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Material de consumo
- ☐ Material permanente / equipamento / veículos
- ☐ construções / Revitalizações / Reformas

1.4 Forma de Contratação sugerida:

- ☒ Pregão/Concorrência/Credenciamento.
- ☐ Pregão (Registro de Preço).
- ☐ Dispensa/Inexigibilidade.

2 - Descrições sucintas do objeto

Contratação de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de:

- a) Diagnóstico Laboratorial de Análise Clínica;
- b) Anatomia Patológica e Citopatologia aos usuários do SUS do Município de Curiúva.

3 - Prioridades da Contratação.

- ☒ Alta (itens Críticos e Urgentes)
- ☐ Média (itens importantes, mas não urgentes)
- ☐ Baixa (itens necessários, mas não urgentes)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

4- Alguns itens serão cobrados amostra do licitante?

() Sim. Informados na planilha de itens.

(x) Não

2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Funcionamento da Administração Pública: A realização de exames laboratoriais é essencial para o diagnóstico e acompanhamento de diversas condições clínicas. A contratação de laboratórios habilitados a realizar os exames da tabela SIGTAP é uma necessidade para garantir o atendimento adequado e dentro dos parâmetros exigidos pela legislação vigente.

Atendimento à Comunidade: Precisa garantir que todos os cidadãos, independentemente da localização geográfica, tenham acesso aos exames descritos na tabela SIGTAP.

Manutenção de Infraestrutura: A manutenção de equipamentos laboratoriais é fundamental para garantir a precisão dos resultados dos exames, conforme exigido pela tabela SIGTAP.

Resposta a Emergências: Alguns exames podem precisar de uma resposta imediata, como exames laboratoriais para diagnóstico de doenças infecciosas, intoxicações, quadros hematológicos graves ou emergências neonatais.

Eficiência na Administração: A eficiência na administração de laboratórios credenciados para a realização de exames da tabela SIGTAP é essencial para garantir a qualidade do atendimento à comunidade e a otimização dos recursos disponíveis. Uma gestão eficiente envolve práticas de planejamento, organização, controle e liderança que impactam diretamente na capacidade do laboratório de oferecer serviços rápidos, confiáveis e com alto padrão de qualidade, respeitando as normas e diretrizes do SUS.

Continuidade dos Serviços Públicos: A continuidade dos serviços públicos é um princípio fundamental na administração pública, especialmente na gestão de serviços de saúde como os oferecidos pelos laboratórios credenciados para a realização de exames da tabela SIGTAP. Assegurar que esses serviços sejam prestados de forma contínua e sem interrupções é essencial para garantir que a população tenha acesso a cuidados de saúde adequados e oportunos.

Portanto, a abertura deste processo para a realização de exames da tabela SIGTAP se baseia em uma série de fatores que comprovam a necessidade de garantir à população o acesso a serviços de saúde de qualidade, rápidos, eficientes e com custo adequado. A habilitação do laboratório para realizar exames credenciados é uma estratégia essencial para promover a ampliação e a melhoria do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo aos padrões exigidos pela legislação vigente e aos requisitos da saúde pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000009

3 - MATERIAIS/SERVIÇOS

Descrição Detalhada	Valor Mensal (R\$)	Valor Global (R\$)
Registro de Preços de Exames Laboratoriais para a Saúde Pública do Município de Curiúva	30.000	360.000
Registro de Preços de Exames Laboratoriais para o Hospital Municipal de Curiúva	5.000	60.000
	35.000	420.000

3 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA DA EMPRESA

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

Poderá participar deste processo qualquer pessoa jurídica legalmente habilitada e apta a realizar os serviços constantes de acordo com o objeto deste. A empresa contratada deverá fornecer a prestação de serviços de realização dos exames laboratoriais de análises clínicas, constantes na tabela de serviços laboratoriais do SUS.

Documentos:

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores.

QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;
- e) Alvará de localização e Alvará sanitário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;

e) Alvará de localização e Alvará sanitário;

() Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante : apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (Certidão Negativa de

Débitos Trabalhista).

5 ANEXOS

Memorando

Demanda de compra

Estudo técnico preliminar

Termo de referencia

6 GESTOR E FISCAIS DE CONTRATO

Gestor de Contrato Titular: Roberval da Silva Prestes

Gestor de Contrato Substituto:

Fiscal de Contrato: Neilor Jurandy Costa

Fiscal de Contrato Substituto:

7 IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA**

ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO****Data da Elaboração: 18/03/2025**

Integrante	Nome	Matrícula
Secretária		
Técnico	JORGE ALBERTO DE OLIVEIRA	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Introdução

- Exigência Legal: Artigo 18, caput e parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.
- Regulamentação: Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Definição normativa: Estudo Técnico Preliminar – ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base aos projetos a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Objeto: Chamada pública de laboratórios que estejam aptos a realizar exames de acordo com a tabela SIGTAP, garantindo qualidade, segurança e eficácia no atendimento aos pacientes.

1- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Funcionamento da Administração Pública: A realização de exames laboratoriais é essencial para o diagnóstico e acompanhamento de diversas condições clínicas. A contratação de laboratórios habilitados a realizar os exames da tabela SIGTAP é uma necessidade para garantir o atendimento adequado e dentro dos parâmetros exigidos pela legislação vigente.

Atendimento à Comunidade: precisa garantir que todos os cidadãos, independentemente da localização geográfica, tenham acesso aos exames descritos na tabela SIGTAP.

Manutenção de Infraestrutura: A manutenção de equipamentos laboratoriais é fundamental para garantir a precisão dos resultados dos exames, conforme exigido pela tabela SIGTAP.

Resposta a Emergências: Alguns exames podem precisar de uma resposta imediata, como exames laboratoriais para diagnóstico de doenças infecciosas, intoxicações, quadros hematológicos graves ou emergências neonatais.

Eficiência na Administração: A eficiência na administração de laboratórios credenciados para a realização de exames da tabela SIGTAP é essencial para garantir a qualidade do atendimento à comunidade e a otimização dos recursos disponíveis. Uma gestão eficiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

envolve práticas de planejamento, organização, controle e liderança que impactam diretamente na capacidade do laboratório de oferecer serviços rápidos, confiáveis e com alto padrão de qualidade, respeitando as normas e diretrizes do SUS.

Continuidade dos Serviços Públicos: A continuidade dos serviços públicos é um princípio fundamental na administração pública, especialmente na gestão de serviços de saúde como os oferecidos pelos laboratórios credenciados para a realização de exames da tabela SIGTAP. Assegurar que esses serviços sejam prestados de forma contínua e sem interrupções é essencial para garantir que a população tenha acesso a cuidados de saúde adequados e oportunos.

Portanto, a abertura deste processo para a realização de exames da tabela SIGTAP se baseia em uma série de fatores que comprovam a necessidade de garantir à população o acesso a serviços de saúde de qualidade, rápidos, eficientes e com custo adequado. A habilitação do laboratório para realizar exames credenciados é uma estratégia essencial para promover a ampliação e a melhoria do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo aos padrões exigidos pela legislação vigente e aos requisitos da saúde pública.

A justificativa da contratação laboratório no raio de dentro do município sede da Prefeitura Municipal de Curiúva é essencial para garantir a agilidade e eficiência no atendimento, especialmente devido à sua relação direta com o hospital local. A proximidade entre o laboratório e a unidade hospitalar permite que os exames sejam realizados de forma rápida, garantindo que os resultados cheguem de maneira ágil aos profissionais de saúde, o que é crucial para o diagnóstico e tratamento imediato dos pacientes.

2- PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Está dentro do plano anual de contratação, disponível no site do município www.curiuva.pr.gov.br.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de uma aquisição de material de consumo, a ser contratado mediante licitação na modalidade Chamamento público credenciamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A aquisição se refere a fornecimentos contínuos, a qual é realizada pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, cujo interrupção ocasionará prejuízos a pessoas e serviços essenciais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANA

A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei no 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e alterações subsequentes.

A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues não compatíveis com as especificações do Termo.

Na substituição dos produtos não compatível com as especificações técnicas, a reposição será por outro com especificações Técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

Os itens ofertados devem estar, no que couber, em conformidade com as normas e registros exigidos: IBAMA, ABNT, ANP, INMETRO etc. compulsoriamente e/ou expressos neste ETP, TR, edital e anexos. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Descrição Detalhada	Valor Mensal (R\$)	Valor Global (R\$)
Registro de Preços de Exames Laboratoriais para a Saúde Pública do Município de Curiúva	30.000	360.000
Registro de Preços de Exames Laboratoriais para o Hospital Municipal de Curiúva	5.000	60.000
	35.000	420.000

5 – DESCRIÇÕES DA SOLUÇÃO

Trata-se de exames laboratoriais, que o município e Secretaria de Saúde não pode ficar sem, pela necessidade de garantir a realização de exames laboratoriais de forma contínua e com a maior brevidade possível.

O credenciamento assegura que os laboratórios atendam aos padrões de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores, como a **ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)** e o **INMETRO** (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia). Isso inclui a utilização de equipamentos calibrados e metodologias adequadas, garantindo que os exames realizados apresentem resultados precisos e confiáveis.

6 – JUSTIFICATIVA PARCELAMENTO

Os termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. Em vista disto, o princípio do parcelamento não cabe neste item, mesmo que não haverá diferença de valores pois o valor será determinado pela tabela da SIGTAP.

7 – PROVIDÊNCIAS CELEBRAÇÃO CONTRATO

- Destaca-se neste tópico a importância da adoção de providências prévias pela Administração da Fundação Hospitalar para a rigoroso controle das quantidades e qualidades dos exames bem como tempo de contrato.
- A capacitação de servidores ou empregados para a fiscalização e gestão contratual, juntamente com a elaboração de documentos técnicos adequados e o estabelecimento de controles internos eficazes, são medidas essenciais para garantir a eficiência e a transparência na contratação pública, em conformidade com a legislação vigente.
- Realizar um levantamento detalhado das necessidades de materiais e insumos médicos-laboratoriais da instituição, considerando demandas passadas e projetadas.
- Identificar especificações técnicas, quantidades e prazos de entrega dos materiais necessários.
- **Planejamento Orçamentário:** Elaborar um planejamento orçamentário detalhado, considerando os recursos disponíveis e as despesas estimadas para a aquisição dos materiais. Verificar a conformidade do orçamento com as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente.
- **Análise de Mercado:** Realizar pesquisa de mercado para identificar fornecedores confiáveis, avaliar preços praticados e analisar a qualidade dos produtos disponíveis/exames.
- **Elaboração de Termo de Referência:** Desenvolver um Termo de Referência detalhado, que descreva de forma clara e precisa os itens a serem adquiridos, suas especificações técnicas, quantidades necessárias, prazos de entrega, entre outros aspectos relevantes.
- **Capacitação de Servidores:** Promover a capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, fornecendo treinamentos sobre legislação aplicável, procedimentos de compras públicas, técnicas de fiscalização e gestão de contratos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

00016

- **Definição de Responsabilidades:** Estabelecer claramente as responsabilidades de cada setor envolvido no processo de aquisição, desde a elaboração do Termo de Referência até a fiscalização da execução contratual.
- **Monitoramento Contínuo:** Implementar um sistema de monitoramento contínuo da execução contratual, com acompanhamento regular das entregas, verificação da qualidade dos exames recebidos e avaliação do desempenho do fornecedor.
- **Registro e Documentação:** Manter registros e documentação detalhada de todas as etapas do processo de aquisição, desde a fase de pedidos até a conclusão dos exames e até o fim do contrato, garantindo a transparência e a prestação de contas.

DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Regularidade Jurídica:

a) Ato constitutivo da empresa e suas alterações, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de empresa comercial e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal, expedido pela Caixa Econômica Federal;

b) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS) ou Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) - conforme Decreto nº 8.302/2014;

d) Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de débito em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, no domicílio ou sede da proponente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

e) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de débito em relação a tributos municipais, expedida pela Prefeitura, no domicílio ou sede da proponente;

f) Alvará de licença para funcionamento da sede da licitante expedido pelo órgão responsável, exercício 2024;

g) Alvará de vigilância sanitária expedido pelo órgão responsável da sede da licitante, exercício 2024;

h) Cópia da Licença do Corpo de Bombeiros do Paraná autorizando o funcionamento do estabelecimento.

i) Licença ambiental, expedida pelo IAP em vigência, não sendo aceita as com data de validade vencida;

j) Certificado de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros, não sendo aceito as com data de validade vencida;

8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

9 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Gestão de Resíduos: A correta gestão dos resíduos gerados pelo uso de materiais e insumos médico-laboratoriais é essencial para minimizar os impactos ambientais. Programar práticas de segregação, reciclagem e tratamento adequado dos resíduos pode reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários e contribuir para a preservação do meio ambiente.

Promoção da Reutilização e Reciclagem: Incentivar a reutilização de materiais e insumos sempre que possível e viável pode reduzir a necessidade de aquisição de novos produtos e, conseqüentemente, diminuir o impacto ambiental associado à sua produção. Além disso, estabelecer programas de reciclagem para materiais como papel, plástico e metal pode contribuir para a redução do desperdício e a conservação dos recursos naturais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANA

Educação e Conscientização: Promover a conscientização e o engajamento dos colaboradores e profissionais de saúde em relação ao uso correto dos materiais e em quantidades adequadas pode ampliar o impacto das medidas mitigadoras adotadas.

10 – ANÁLISE DE RISCO

- Falta de empresa para se credenciar;
- O laboratório não possuir a capacidade técnica ou os equipamentos adequados para realizar os exames de forma precisa e segura;
- Capacidade insuficiente de processamento: O laboratório não ter estrutura para atender à demanda crescente de exames, o que pode resultar em atrasos na entrega de resultados.

Solução:

Fiscal e gestor de contrato para acompanhar o processo.

11 – CONCLUSÃO

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

FISCAL DO CONTRATO



TERMO DE REFERÊNCIA

1. SECRETARIA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde

2. OBJETO

2.1 Credenciamento de laboratórios para a realização de exames laboratoriais constantes na tabela SIGTAP (Sistema de Gerenciamento de Tabelas de Procedimentos, Medicamentos e OPMEs do SUS), visando atender às necessidades de diagnóstico de pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Curiúva. O laboratório credenciado deverá prestar serviços laboratoriais de alta qualidade, dentro dos padrões exigidos pela legislação vigente, com eficiência, segurança e confiabilidade.

Serão credenciadas pessoas jurídicas para realização de serviços de apoio diagnóstico em Laboratório Clínico para atender as necessidades do Município, sendo que o laboratório tem a necessidade de possuir unidade no município, com tempo em média de 40 minutos para entrega dos resultados, visto que hospital é de emergência uma vez que trata-se de serviço continuado.

2.2 Indicar a forma de contratação:

- () registro de preços
- () contrato
- () Aquisição imediata
- () Emergencial
- (x) Credenciamento

3. JUSTIFICATIVA – fundamentação da contratação.

3.1 A demanda por exames laboratoriais nos serviços de saúde do município tem se intensificado, especialmente devido ao aumento no número de atendimentos no hospital e nas UBS. Esses serviços são essenciais para o diagnóstico e monitoramento de doenças, incluindo condições urgentes que exigem diagnóstico rápido e eficiente, para a definição de tratamentos e condutas médicas.

A falta de uma rede laboratorial ágil e capacitada comprometeria o atendimento à população e poderia resultar em falhas no diagnóstico e no tratamento de pacientes, o que representa um risco para a saúde pública. Assim, é imperativo que seja feito o imediato atendimento das demandas laboratoriais para que o sistema de saúde funcione de maneira eficaz e continue a prestar serviços de qualidade à população.

200920

A urgência dessa contratação é justificada pela necessidade de garantir a realização de exames laboratoriais de forma contínua e com a maior brevidade possível. A demora na execução de exames pode comprometer a assistência prestada, causando atrasos no diagnóstico e, em casos mais graves, prejudicando a saúde de pacientes que necessitam de cuidados imediatos.

Além disso, o aumento da demanda, principalmente no contexto de surtos sazonais e atendimentos emergenciais, exige que a contratação de um laboratório especializado seja feita com a celeridade necessária, uma vez que os processos licitatórios tradicionais não seriam capazes de garantir a rapidez exigida para a prestação do serviço.

Os exames e procedimentos objetos deste processo serão executados pela credenciada contratada nas unidades de saúde do Município e/ou entidades privadas, conforme acordo previamente estabelecido pela gestão, sempre a bem do serviço público.

Na execução dos contratos consequentes da habilitação através deste, somente poderão ser realizados os procedimentos e exames formalmente autorizados e regulados pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu pagamento precedido de verificação e controle, a fim de aferir a conformidade entre a quantidade e especificidade apresentada pelos prestadores de serviços, o autorizado pelo Contratante e, ainda, as comprovações da sua devida execução pelo prestador de serviços.

A credenciada deverá executar os serviços, mediante concordância da Secretaria Municipal de Saúde, arcará com todas as despesas de materiais e insumos necessários à realização de exames e procedimentos, bem como com prejuízos causados a terceiros ou ao CONTRATANTE.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

Descrição Detalhada	Valor Mensal (R\$)	Valor Global (R\$)
Registro de Preços de Exames Laboratoriais para a Saúde Pública do Município de Curiúva	30.000	360.000
Registro de Preços de Exames Laboratoriais para o Hospital Municipal de Curiuva	5.000	60.000
	35.000	420.000

4.1 ITENS, QUANTIDADES E DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS

00021

Fica esclarecido que o valor inicial do contrato é estimado e poderá ser acrescentado ou diminuído de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal, sendo estabelecido um teto máximo por pessoa/empresa credenciada.

Total geral estimado R\$ 420.000,00

4.2 VALOR GLOBAL ESTIMADO.

4.2.1 O valor máximo estimado para esta aquisição é de R\$ 420.000,00

4.2.2 A contratada deverá emitir nota fiscal eletrônica idêntica às informações contidas na nota de Empenho.

4.2.3 Deverá recolher todos os tributos obrigatórios no corpo da nota fiscal.

4.2.4 O pagamento será através de transferência bancária.

4.2.5 Para o pagamento a contratada deverá possuir conta corrente jurídica (em nome da empresa), como os mesmos dados da ata/contrato.

4.2.6 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento definitivo dos produtos.

4.2.7 Caso o fornecimento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento, será contado a partir da data de regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.

5. OBRIGAÇÕES

5.1 A CONTRATADA obriga-se a:

5.1.1 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer fornecimento de serviços a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

5.1.2 Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto do Contrato;

5.1.3 Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.4 Promover o serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

5.1.5 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

5.1.6 Responder integralmente pelos danos causados ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Curiúva em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

5.1.7 Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato;

5.1.8 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

5.1.9 Colocar a disposição da contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos bens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

5.1.10. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;

5.2 O CONTRATANTE obriga-se:

5.2.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações e serviços da Contratada, através de servidor especialmente designado

5.2.2 Efetuar o pagamento no prazo previsto, nos termos do Estudo Técnico Preliminar.

5.2.3 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela

Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

00023

5.3 As demais obrigações pertinentes serão exclusivamente ao objeto da licitação, a ser estabelecido pelo Departamento de Licitações em relação ao CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme legislação aplicável.

6. HABILITAÇÃO

6.1 Apresentação de documentos necessários e exigíveis por parte da Licitante, necessários à habilitação ao certame, a serem estabelecidos pelo Departamento de Licitações.

7. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 No julgamento e classificação das propostas serão adotados o critério credenciamento preço por item, sendo levados em consideração também, critérios objetivos definidos no Edital, que não deverão contrariar as normas e princípios estabelecidos na Lei nº. 14.133/21.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 A dotação orçamentária a ser utilizada à aquisição dos bens acima descritos será apresentada pelo setor orçamentário das Secretarias solicitantes. FONTE: 303,000,339,380, 385, 495, 494, 496, 355.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização do contrato ficará a cargo do Servidor Nomeado, as seguintes atribuições:

9.1.1 Verificar se o fornecimento está sendo cumprido nos termos do Edital, seus anexos e Contrato, assim como dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência ao Gestor do Contrato para providências cabíveis.

9.1.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em coresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

9.1.3 O Fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.1.4 Será responsável pela gestão do Contrato ao servidor denominado Gestor do Contrato.

LUIZ VANTUILL AJUZ
Secretário Municipal Saúde



Prefeitura Municipal de Curiúva

Solicitação 44/2025

00005

Freq. atualizada

Página:1

Solicitação			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
44	Contratação de Serviço	26/03/2025	1
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
14438-0	LUIZ VANTUIL AJUZ	0/2025	
Local			
120	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Orgão			
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
Forma de pagamento			
Descrição		Tipo	
APÓS A EMISSÃO DE EMPENHO E NF		Depósito bancário	
Entrega			
Local		Prazo	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		Dias	

Descrição:

Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para aquisição de diagnóstico laboratorial de análise clínica, anatomia patológica e citopatologia aos usuários do SUS, para o Hospital Municipal e Postos de Saúde, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Justificativa:

Conforme o Memorando nº416/2025.

Lote

001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
002569	SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS	UN	420.000,00	1,00	420.000,00
	DIAGNÓSTICO LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS E ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLÓGICA, REFERENCIADOS NA TABELA DE PROCEDIMENTOS SUS - SIGTAP				
TOTAL					420.000,00
TOTAL GERAL					420.000,00

NAIARA FERREIRA MENDES
Emissor



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

SETOR DE LICITAÇÃO

MEMORANDO Nº 62/2025

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
SETOR DE CONTABILIDADE
SETOR JURIDICO
GABINETE

PREZADOS:

Em atenção ao memorando nº 416/2025 da Secretaria Municipal de Saúde, vimos através deste, solicitar de Vossa Senhoria informações sobre recursos e dotações orçamentárias, objetivando a abertura de processo licitatório para **Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para aquisição de diagnóstico laboratorial de análise clínica, anatomia patológica e citopatologia aos usuários do SUS, para o Hospital Municipal e Postos de Saúde, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.**

Após seja encaminhado este processo administrativo ao Setor Jurídico para realização do controle prévio de legalidade, nos termos do art. 53, Lei 14.133/2021.

E, com a informação da existência de dotação orçamentária e parecer jurídico, solicitar autorização ao senhor Prefeito Municipal para a contratação e realização do procedimento licitatório.

Antecipadamente agradecemos.

Curiúva PR, 26 de março de 2025.

NAIARA FERREIRA MENDES
Setor de Licitações



Prefeitura Municipal de Curiúva
Solicitação 44/2025

Curiúva, 26/03/2025

Página:1

Solicitação		Página:1	
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
44	Contratação de Serviço	26/03/2025	1
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
14438-0	LUIZ VANTUIL AJUZ	0/2025	
Local			
120	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Órgão			
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
Forma de pagamento			
Descrição		Tipo	
APÓS A EMISSÃO DE EMPENHO E NF		Depósito bancário	
Entrega		Prazo	
Local		Dias	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			

Descrição:

Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para aquisição de diagnóstico laboratorial de análise clínica, anatomia patológica e citopatologia aos usuários do SUS, para o Hospital Municipal e Postos de Saúde, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Justificativa:

Conforme o Memorando nº416/2025.

Lote				
001 Lote 001				
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário
002569	SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS	UN	420.000,00	1,00
	DIAGNÓSTICO LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS E ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLÓGICA, REFERENCIADOS NA TABELA DE PROCEDIMENTOS SUS - SIGTAP			
	06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE			
	001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
	10.301.0004-2021 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
	3.3.90.39.50.00 SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL			
02140	00000 Recursos Ordinários (Livres)			
	Do Exercício		420.000,00	
				420.000,00
				TOTAL
				420.000,00
				TOTAL GERAL
				420.000,00

Subtotal por fonte de recurso e conta de despesa

06.001.10.301.0004.2021		420.000,00
Cod 02140	Fonte 00000 G.Fonte E	420.000,00
Cod 02150	Fonte 00303 G.Fonte E	0,00
Cod 02151	Fonte 00380 G.Fonte E	0,00
Cod 02152	Fonte 00339 G.Fonte E	0,00
Cod 02153	Fonte 00337 G.Fonte E	0,00
Cod 02160	Fonte 00494 G.Fonte E	0,00

PAULO SERGIO MARTINS MACHADO
Emissor



MUNICÍPIO DE CURIUVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

PARECER

REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2025

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2025

CONSULENTE: COMISSÃO DE LICITAÇÕES

ASSUNTO: PARECER JURÍDICO SOBRE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 74 DA LEI 14.133/2021.

BREVE RELATO

A Comissão de Licitações encaminhou a este Procurador Jurídico o processo administrativo em epígrafe para controle prévio de legalidade, conforme determina o art. 53 e art. 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

A Administração pretende credenciar laboratórios de análises clínicas para aquisição de diagnósticos laboratoriais de análise clínica, anatomia patológica e citopatologia aos usuários do SUS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - Hospital Municipal e Posto de Saúde, referenciados na tabela de procedimento SUS, SIGTAP - (sigtap.datasus.gov.br), conforme condições e especificações estabelecidas na minuta de Edital.

Pelo que se pode extrair da documentação existente nos autos, a Administração Pública Municipal pretende realizar as contratações por meio de **inexigibilidade de licitação (art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021)**, pelo procedimento auxiliar do **credenciamento (art. 78, inciso I, combinado com art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O parecer tem o objetivo de assistir a autoridade no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53 da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 31, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Esse controle se dá nos limites da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Não cabe a este Procurador Jurídico decidir sobre o mérito das contratações entendidas como necessárias, cuja decisão pertence ao Chefe do Poder Executivo, que a exerce por meio de juízo discricionário de oportunidade e conveniência.

Todas as observações expostas neste parecer partem da premissa de que são **verdadeiros e exatos**: os cálculos; as informações; a pesquisa de preços no mercado fornecedor; existência de dotação orçamentária; definição do objeto no que tange à qualidade e quantidade; e justificativa quanto à efetiva necessidade do objeto. Não constitui tarefa deste órgão jurídico tecer considerações sobre os documentos mencionados, **exceto quando constatado erro ou omissão grosseira do Setor responsável pela sua elaboração.**

Convém destacar ainda que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar alguma providência para salvaguardar a Administração e o erário. Assim, parte das observações registradas neste parecer constituem-se em recomendações e, caso a Administração opte por não as acatar, recomenda-se que **motive o ato**, nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784/1999¹. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual **responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.**

1 “[...] EXISTÊNCIA DA LEI FEDERAL N. 9.784/99, **APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.** [...]” (STJ – AgRg no RMS 25979 GO 2007/0302874-8; Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE; DJe: 16/04/2013).



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Curiúva, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Todos os aspectos eminentemente técnicos da licitação são de inteira responsabilidade dos agentes públicos competentes, a quem incumbe zelar pela veracidade das informações prestadas nos documentos anexados, observar as normas legais de regência, e as determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo de posterior exame do órgão de Controle Interno (artigos 31, caput, e 74, da Constituição Federal; artigo 169 da Lei nº 14.133/2021).

ANÁLISE DOS REQUISITOS DO ART. 72 DA LEI DE LICITAÇÕES

O artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 elenca os documentos mínimos que devem instruir os procedimentos de contratação direta, inclusive por dispensa de licitação. Ei-lo:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 411 Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

É importante ressaltar que a não observância dessas formalidades pode configurar a hipótese do **artigo 73 da Lei nº 14.133/2021**, acarretando a responsabilidade solidária do contratado e do agente público responsável por eventual dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Desse modo, é altamente recomendável que, no despacho que autorizar a contratação direta, a autoridade competente analise criticamente a instrução dos autos, certificando-se de que todos os elementos previstos no artigo 72 da Lei federal nº 14.133/2021 tenham sido efetivamente atendidos, bem como indicando onde se encontram, nos autos, os documentos utilizados para respaldar sua deliberação.

Registrada a importância dos documentos elencados no artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, serão apresentadas considerações de ordem jurídica a seu respeito.

1) Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo (inciso I):

Este inciso contempla documentos referentes à fase de planejamento da contratação e às especificações técnicas de seu objeto. Ao utilizar a expressão "*e, se for o caso*", após o primeiro documento, seria possível concluir que a legislação estaria dispensando todos os outros (estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou executivo). No entanto, esse dispositivo deve ser interpretado com cautela, não devendo ser utilizado para se dispensar arbitrariamente os documentos ali listados. Com



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

efeito, eventual ausência de algum dos documentos elencados no inciso I deve ser devidamente justificada pela área técnica da Administração, sempre tendo em vista as especificidades do caso concreto.

No caso específico das aquisições, não parece necessária a confecção de projeto básico ou executivo, uma vez que os conceitos trazidos no artigo 6º, incisos XXV e XXVI, da Lei Federal nº 14.133/2021, revelam que esses documentos seriam utilizados em obras ou serviços mais complexos, como os de engenharia.

A partir dos **documentos de formalização de demandas (DFD)**, os órgãos responsáveis pelo planejamento da Administração Pública Municipal poderão elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias (art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021).

O **estudo técnico preliminar (ETP)** é elemento típico da etapa de planejamento da contratação, destinando-se a caracterizar o interesse público envolvido e a melhor solução para satisfazê-lo, oferecendo os subsídios ao termo de referência.

É apropriado destacar que, nos termos do artigo 7º do Decreto Municipal nº 28/2024, **nas contratações com fulcro no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021, fica dispensada a realização de estudo técnico preliminar, realização de análise de riscos, elaboração de termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, exceto quando se tratar de serviços que as particularidades do objeto exijam.**

Por sua vez, a **análise de riscos** consiste na identificação dos riscos que a contratação pretendida pode gerar ao interesse público, definindo-se seus métodos de gerenciamento, ações preventivas e de contingência. Geralmente



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

se materializa por meio de um "mapa de riscos", o que é diferente da "matriz de riscos" a que alude o artigo 6º, inciso XXVII, da Lei Federal nº 14.133/2021 (cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste). Da mesma forma que no ETP, é juridicamente possível que a Administração verifique não ser o caso de elaboração da análise de riscos em razão da baixa complexidade do objeto.

O termo de referência (TR) é um documento voltado para a caracterização do objeto contratual e deve conter os requisitos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei de Licitações.

2) Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei de Licitações (inciso II) e justificativa de preços (inciso VII):

Os incisos II e VII do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 podem ser analisados em conjunto, uma vez que tratam de assunto semelhante.

O inciso II demanda que o processo contemple "estimativa de despesa", calculada na forma estabelecida no artigo 23 da Lei de Licitações, que se refere à pesquisa de preços. Nos pontos relevantes para as aquisições de bens e serviços em geral (como é o caso dos autos), o referido art. 23 contém a seguinte redação:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

- I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);**
- II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;**
- III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;**
- IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;**
- V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. [...]**

Por fim, o inciso VII do artigo 72 da Lei 14.133/2021 exige que o processo de contratação direta contenha **justificativa de preços**, revelando o dever de



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

que a unidade administrativa motive adequadamente o montante indicado para a contratação, verificando sua economicidade e se manifestando quanto à razoabilidade do preço indicado para a contratação.

3) Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos (inciso III):

No tocante ao parecer jurídico, é importante destacar o teor do artigo 53, §4º, da Lei nº 14.133/2021, que determina que *"o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos"*.

Com relação ao **parecer técnico**, que se destina a examinar os aspectos técnicos da contratação (com foco nos documentos elencados no inciso I do artigo 72 da Lei federal nº 14.133/2021), a Administração deve verificar sua necessidade conforme exigir o caso concreto.

4) Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (inciso IV):

É necessário que a Administração demonstre a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido. Note-se que o artigo 150 da Lei Federal nº 14.133/2021 é categórico ao dispor que nenhuma *"contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa"*.

É preciso ressaltar, ainda, que, na hipótese de a contratação ultrapassar o presente exercício financeiro, será necessária previsão no plano plurianual ou,



MUNICÍPIO DE CURIUVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

caso ainda não tenha sido aprovado, na proposta de plano plurianual, por força do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (inciso V):

Para a celebração da contratação direta, é necessário que a unidade certifique nos autos de que o fornecedor preenche todos os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, lembrando que o §4º do artigo 91 da Lei nº 14.133/2021 não esgota tais requisitos. Dessa forma, os documentos de habilitação jurídica (artigo 66 da Lei de Licitações), bem como fiscal, social e trabalhista (artigo 68 da Lei de Licitações) do fornecedor devem ser juntados aos autos, assegurando-se a Administração de que todas as certidões estarão com prazo de validade em dia no momento da formalização do contrato.

A Comissão de Licitações também deve averiguar se a pessoa jurídica que se pretende contratar consta no cadastro de inidôneos ou suspensos de licitar com o Município de Curiúva. A contratação com licitante declarado inidôneo constitui **crime**, previsto no artigo 337-M, §1º, do Código Penal.

É importante destacar ainda que o §1º do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021 **admite** que os documentos elencados no *caput* do mesmo dispositivo, ou seja, aqueles referentes à regularidade fiscal, social e trabalhista sejam "[...] *substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico*". Por consequência, a Administração pode verificar junto ao Portal de Compras do Governo Federal, os documentos que podem ser substituídos em razão do cadastro da empresa no SICAF.

Há que se observar, ainda, os **impedimentos constantes do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**. Ei-lo:



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 31. Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6) Razão da escolha do contratado (Inciso VI):

A autoridade competente deve expor, em sua deliberação, os motivos da escolha do contratado. Nos casos de dispensa de licitação em razão do valor, de um modo geral, a justificativa decorre de o fornecedor escolhido ter sido o vencedor da disputa eletrônica ou, caso não haja disputa, de ter apresentado o melhor preço na pesquisa de mercado.

7) Autorização da autoridade competente (Inciso VIII):

O artigo 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 exigem que haja a autorização da autoridade competente para que possa ocorrer a contratação direta.

Termo de Referência:

Sobre o Termo de Referência, sua definição está prevista no art. 6º da Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

j) adequação orçamentária;

Especificamente em relação às compras, o Termo de Referência também deve conter as exigências do artigo 40, § 1º da Lei de Licitações:

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio L. de Faria (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado;

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

§ 4º Em relação à informação de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, desde que fundamentada em estudo técnico preliminar, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades.

Especificamente em relação aos serviços, o Termo de Referência também deve conter as exigências do artigo 47, da Lei de Licitações:



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Carlos de Almeida (45) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - **do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.**

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

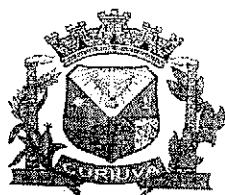
II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração.

Importa ressaltar que, nos termos do artigo 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, **é vedada a aquisição de bens e contratação de serviços enquadrados na categoria de luxo**, definidos no artigo 10, §2º, do Decreto Municipal nº 26/2024 como o bem *que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração municipal*.

Além disso, é imprescindível destacar o conteúdo do art. 41 da Lei de Licitações:



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Carlos, 143, Jd. Boré 143, 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração **poderá excepcionalmente:**

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

II - exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;

III - vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual;

IV - solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

Parágrafo único. A exigência prevista no inciso II do caput deste artigo restringir-se-á ao licitante provisoriamente vencedor quando realizada na fase de julgamento das propostas ou de lances.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Carlos, 100 - FONE (41) 3345-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

No caso dos autos, a Administração **não usará** as faculdades que lhe são conferidas pelo artigo 41 da Lei de Licitações.

Da minuta padronizada de edital e Termo de Referência:

No caso dos autos, verifica-se que a Administração não utilizou modelo padronizado de Termo de Referência, edital ou de qualquer outro documento, haja vista que a Administração Pública do Município de Curiúva ainda não elaborou nenhuma.

ANÁLISE DA REGULARIDADE DO PROCESSO NO CASO CONCRETO

Considerando os dispositivos legais acima delineados, pode-se concluir que a Administração Pública Municipal deve adotar providências a fim de que resultem observados os requisitos mínimos exigidos para o processamento regular da contratação direta pretendida.

O **termo de referência** é omisso quanto à possibilidade ou não de prorrogação dos contratos provenientes do credenciamento, de modo que **não observou o disposto no artigo 6º, inciso XXIII, alínea "a", da Lei de Licitações**. No mais, devido à natureza do objeto a ser licitado, o Termo de Referência existente nos autos cumpre seu mister, haja vista que traz as informações necessárias para a especificação do objeto e sua forma de execução, bem como justificativa da necessidade de contratação.

De acordo com o artigo 18, §2º, da Lei nº 14.133/2021: "*O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas*".



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Carlos 01, 2003 (43) 3345-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

No caso concreto, a Administração declarou ser inaplicável o parcelamento da contratação, de modo que o disposto no art. 18, VIII e §2º, da Lei de Licitações foi atendido.

A **formação do preço** foi formada por meio dos preços estimados existentes na tabela do Sistema Único de Saúde (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP), que estabelece valores de referência para os procedimentos realizados no âmbito do SUS. Posto isso, é possível concluir que o valor das contratações é compatível com as diretrizes apontadas no artigo 72, Inciso II, combinado com o artigo 23, §1º, Inciso I, da Lei 14.133/2021.

Consta **análise de risco** no ETP.

A autoridade competente **designou** os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação (conforme art. 7º, caput, da Lei 14133/21).

Consta nos autos o documento de formalização de demanda (documento obrigatório, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21).

Foi certificado que o objeto da contratação está contemplado no plano de contratações anual.

Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto.

Foi informado que a previsão de recursos orçamentários **é compatível** com a despesa estimada. Tendo em vista constar nos autos documento comprobatório da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, está atendido o disposto no art. 72, Inciso IV, da Lei de Licitações: "Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Carlos, 11, Fone: (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
http://www.curiuva.pr.gov.br/ - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...] IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;"

Não foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo (art. 12, VI, Lei 14.133/2021).

Nesse momento **ainda não é possível averiguar** se foram atendidos os seguintes requisitos:

- Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de qualificação mínima necessária.
- Razão de escolha do contratado.

É importante salientar que deve existir nos autos documentação obtida junto ao TCE/PR, apta a demonstrar se a pessoa jurídica consta está ou não inscrita no cadastro de inidôneos ou suspensos de licitar. A contratação de pessoa jurídica inidônea constitui **crime**, previsto no artigo 337-M, §1º, do Código Penal. A Comissão de Licitações deve averiguar se a pessoa jurídica escolhida está apta a estabelecer contratações com a Administração Pública.

ANÁLISE DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Constituição Federal determina, no artigo 37, inciso XXI, a obrigatoriedade de licitação para a contratação de serviços e obras e para a aquisição de bens pela Administração Pública, **excetuadas as hipóteses previstas em lei.**

"XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Carlos da Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Excepcionalmente, a lei ressalvou casos em que a licitação pode ser dispensada, a critério do administrador, nas hipóteses previstas em lei (art. 75), ou é inexigível, quando inviável a competição (art. 74). A respeito da inexigibilidade em casos de credenciamento, a lei de licitações assim estabelece:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Sobre o Instituto do credenciamento, assim dispõe a Lei de Licitações:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

I - credenciamento;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Carlos, 31, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.org.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

- II - pré-qualificação;
- III - procedimento de manifestação de interesse;
- IV - sistema de registro de preços;
- V - registro cadastral.

§ 1º Os procedimentos auxiliares de que trata o **caput** deste artigo obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento.

§ 2º O julgamento que decorrer dos procedimentos auxiliares das licitações previstos nos incisos II e III do **caput** deste artigo seguirá o mesmo procedimento das licitações.

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do **caput** deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Carlos, 81, Fone (43) 3345-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do **caput** deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital;

No âmbito do Município de Curiúva, o credenciamento está regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26/2024, que assim dispõe:

Art. 34. O credenciamento poderá ser utilizado quando a Administração Municipal pretender formar uma rede de prestadores de serviços ou fornecedores de bens, pessoas físicas ou jurídicas e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º. O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento, observando-se o disposto no parágrafo único do art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º. A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço ou, quando a escolha do credenciado prestador ou fornecedor for feita pela Administração, o instrumento convocatório deverá fixar a



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Curiú, 57, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 3º. O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 4º. O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público em sítio eletrônico oficial edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados (art. 79, parágrafo único, I, da Lei de Licitações).

O edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do *caput* do art. 79, deverá definir o valor da contratação (art. 79, parágrafo único, III, da Lei de Licitações).

Além disso, consta no Termo de Referência a informação de que não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração, admitindo-se a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital (art. 79, parágrafo único, V e VI, da Lei de Licitações).

No caso em análise, pode-se extrair que a Administração Pública Municipal pretende publicar edital cujo objeto é o chamamento público para o credenciamento de empresas para prestação de serviços que constituem o objeto do futuro contrato administrativo. Com efeito, a Administração considera viável e vantajosa a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas com o maior número possível de pessoas jurídicas, estabelecendo contratações paralelas e não excluentes entre si.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Carlos, 31 Fone: (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: jundico@curiuva.pr.gov.br

É evidente que as contratações por meio de **inexigibilidade de licitação** (art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021), pelo procedimento auxiliar do **credenciamento** (art. 78, inciso I, da Lei nº 14.133/2021) são adequadas para a finalidade almejada.

DA OBSERVÂNCIA DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006

A LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014 e pela LC 155/2016, **não é aplicável ao caso**, pois não se trata de dispensa de licitação em decorrência do valor.

DA PUBLICIDADE DO EDITAL E DO TERMO DO CONTRATO

O instrumento que formalizará a contratação deverá ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura, **sob pena de ineficácia**, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **é condição indispensável para a eficácia do contrato** e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura.

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, sob pena de nulidade.

§ 2º A divulgação de que trata o **caput** deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista,



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cândido, 100 - Fone: (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

§ 3º No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

§ 4º (VETADO).

§ 5º (VETADO).

Nos casos de contratação direta, **não há necessidade de publicação do extrato no Diário Oficial e em jornal de grande circulação**, uma vez que as disposições do §1º do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021 restringem-se aos editais de licitação.

Vale lembrar, ainda, que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente da contratação deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, nos termos do artigo 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

ANÁLISE DAS MINUTAS DE EDITAL E DE CONTRATO

Da análise minuciosa da minuta de edital de credenciamento e de contrato, pode-se concluir que elas atendem as exigências do artigo 25, *caput*, do artigo 79, parágrafo único, inciso III, e do artigo 92 da Lei de Licitações. Estão presentes em tal instrumento as cláusulas obrigatórias que guardam pertinência com a natureza do objeto, de modo que não há nenhuma correção a ser feita.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Carlos de Faria, 1451 - 5545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
http://www.curiuva.pr.gov.br/ - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

É importante dizer que **não foram analisadas: 1)** eventuais impropriedades no uso da língua portuguesa (tais como erros de ortografia, de concordância e regência verbal e nominal); **2)** impropriedades na formatação utilizada no texto; **3)** falhas na numeração de itens e subitens das minutas. **A Agente de Contratações deve atentar-se para corrigir eventuais falhas nesse sentido antes de publicar o edital.**

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, o parecer é no sentido de que cabe à Comissão de Licitações adotar as seguintes providências:

1. A Comissão de Licitações deve averiguar se o objeto a ser contratado já está contemplado nos contratos porventura existentes (independentemente da modalidade licitatória utilizada para a contratação); caso esteja, o objeto desta dispensa de licitação deve ser adquirido junto ao particular outrora contratado.
2. A Comissão de Licitações deve averiguar se o particular que se pretende contratar consta no cadastro de inidôneos ou suspensos de licitar com o Município de Curiúva. A contratação com licitante declarado inidôneo constitui **crime**, previsto no artigo 337-M, §1º, do Código Penal.
3. Há que ser registrado um problema vergonhoso e recorrente, protagonizado pelo Departamento de Licitações: **A AUSÊNCIA DE NUMERAÇÃO DAS PÁGINAS DO PROCESSO**. É de conhecimento do Departamento de Licitações que o artigo 22, §4º, da Lei Federal nº 9784/1999 determina que os processos administrativos (dentre eles os que envolvem as contratações públicas) devem ser devidamente autuados em sequência cronológica, numerados e rubricados. Em cada volume devem ser lavrados os respectivos termos de abertura e encerramento. No entanto, não obstante a regra acima mencionada, observa-se que **o presente processo não contém nenhuma folha numerada**, de



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Carlos, 41 - Fone: (41) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

modo que o setor competente afronta uma das mais comezinhas regras das quais tem o dever de observar. É evidente que a ausência de numeração das páginas dificulta o trabalho deste Procurador Jurídico, na medida em que fica impossibilitado de mencionar a localização dos documentos. Soma-se a isso o fato de que não é impossível haver a **subtração** ou **adição** de algum documento, e que a ausência de numeração de páginas pode facilitar tal ocorrência.

4. Para o credenciamento e contratação que se pretende realizar, a Administração deve observar os **impedimentos constantes do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

É importante salientar que a não observância das formalidades acima enumeradas pode configurar a hipótese do **artigo 73 da Lei federal nº 14.133/2021**², acarretando a responsabilidade solidária do contratado e do agente público responsável por eventual dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Haverá a **regularidade jurídica** do procedimento caso sejam realizadas as diligências enumeradas acima. Do contrário, este Procurador Jurídico manifesta-se pela **IRREGULARIDADE** do procedimento administrativo e da contratação dele decorrente.

Curiúva (PR), 09.04.2025.


FABIANO HUSSAR

Procurador Jurídico

OAB/PR 66351

² Art. 73. Na hipótese de contratação ~~atrasada~~ indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
ESTADO DO PARANÁ

GABINETE

MEM Nº 88/2025 – Licitações

Curiúva, 14 de abril de 2025.

PREZADA SENHORA

Em atenção ao memorando nº 62/2025, do Setor de Licitação, no qual solicita autorização para abertura de processo licitatório para **Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para aquisição de diagnóstico laboratorial de análise clínica, anatomia patológica e citopatologia aos usuários do SUS, para o Hospital Municipal e Postos de Saúde, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde**, bem como o parecer jurídico retro, venho através deste **AUTORIZAR** a abertura do aludido processo licitatório na forma da Lei.

CHRISTIANO
GIUNTA
BORGES:90372
808972

Assinado de forma
digital por
CHRISTIANO GIUNTA
BORGES:9037280897
2

CHRISTIANO GIUNTA BORGES
Prefeito do Município de Curiúva/PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 42/2025

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, representado neste ato pelo senhor Prefeito Municipal e a Comissão de Contratação, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de procedimento do CHAMAMENTO PÚBLICO nº 07/2025, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente edital é o credenciamento de laboratório de análises clínicas para aquisição de diagnóstico laboratoriais de análise clínica, anatomia patológica e citopatologia aos usuários do SUS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Hospital Municipal e Posto de Saúde, referenciados na tabela de procedimento SUS, SIGTAP - (sigtap.datasus.gov.br), conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital.

1.2. O preço máximo global estimado para o presente certame importa em **R\$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)**.

1.3. Para efeito de remuneração dos serviços contratados terá como referência a tabela de procedimentos SUS (SIGTAP), nos termos da Portaria GM/MS nº 1.034 de 05 de maio de 2010, em seu Art.9º, II.

1.4. O credenciamento terá validade até 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite legal de 60 (sessenta) meses, conforme a legislação vigente.

2. PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar todos os interessados que atenderem as exigências, inclusive quanto à documentação constantes deste Edital e seus Anexos.

2.1.1. As empresas interessadas em participar do Chamamento Público deverão ter seu estabelecimento localizado no território do Município de Curiúva em pleno funcionamento, com as instalações para realização dos procedimentos técnicos exigidos no certame, com profissionais habilitados e qualificados com capacidade suficiente para suprir toda demanda e, manter plantão 24 (vinte e quatro) semanalmente para os serviços de atenção básica e de Urgências e emergências do Hospital Municipal.

2.1.2. Fica proibida a instalação de posto de atendimento ou congêneres.

2.2. A Contratada, em seu laboratório, deve ter área técnica e toda aparelhagem necessária para realizar os seguintes exames de urgência: HEMOGRAMA COMPLETO, URINA 1, URÉIA, CREATININA, PCR, TIGAGEM SANGUÍNEA, TGO, TGP, VHS, CPK, CKMB E TROPONINA, não podendo em hipótese alguma ser deslocado para outro laboratório de referência, pois são de extrema importância para os médicos finalizarem o laudo e/ou pedir transferência do paciente, devido à urgência e agilidade tais exames deverão ser realizados no laboratório local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

2.3. A participação neste certame significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente edital e seus anexos, bem como, na observância dos regulamentos, normas administrativas aplicáveis, inclusive quanto a recursos

2.4. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;

b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art.14, IV, da lei 14.133/2021;

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por o registro de preços de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

f) que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 229/16 do Conselho Nacional de Justiça;

g) cooperativas e empresas reunidas em consórcio.

2.4.1. O impedimento de que tratam as letras "a" e "b" do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

2.4.2. O impedimento que trata a alínea "g" é devido, pois as empresas atuantes no mercado têm, sozinhas, condições de fornecer o objeto da o registro de preços e de suprir os requisitos do Termo de Referência, concorrendo entre si.

3. RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

3.1. O acesso ao credenciamento é livre a todos os estabelecimentos, pessoas jurídicas, prestadoras dos serviços constantes do objeto deste Edital, e se dará a qualquer momento, a partir da data de publicação do presente, desde que atendidos os requisitos definidos no Edital



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

3.2. A documentação deverá ser apresentada em envelope fechado e entregue no Setor de Licitações, das 09h00min até as 17h00min.

3.2.1. O Envelope - DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO deverá conter, na parte externa, as seguintes indicações:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 07/2025

MUNICÍPIO DE CURIÚVA/PR

Nome completo da proponente

3.3. O Envelope - DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO deverá conter a documentação de habilitação, bem como a proposta, além dos documentos complementares.

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Regularidade Jurídica:

- a) Ato constitutivo da empresa e suas alterações, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de empresa comercial e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS) ou Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) - expedida a partir de novembro de 2014, conforme Decreto nº 8.302/2014;
- e) Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de débito em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, no domicílio ou sede da proponente;
- f) Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de débito em relação a tributos municipais, expedida pela Prefeitura, no domicílio ou sede da proponente
- g) Alvará de licença para funcionamento da sede da licitante expedido pelo órgão responsável, exercício 2025;
- h) Alvará de vigilância sanitária expedido pelo órgão responsável da sede da licitante, exercício 2024;
- i) Certificado de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros, não sendo aceito as com data de validade vencida;

4.3. Qualificação econômico-financeira:

AVENIDA ANTÔNIO CUNHA, nº. 81 – TELEFAX (43) 3545-8600 – CEP 84280-000 – CURIÚVA – PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

4.4. Qualificação técnica

a) registro ou inscrição da empresa e do(s) profissional(ais) técnico(s) responsável(is), no Conselho Regional de competente;

b) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou direito privado, em nome do ofertante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Credenciamento Público;

c) Comprovação de que o(s) profissional(is) de nível superior indicado(s), pertence(em) ao quadro permanente da empresa, devendo ser feita, com a apresentação do registro na Carteira de Profissional, Ficha de Empregado ou Contrato de Trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, ou, se for sócio, diretor ou proprietário, através do Contrato Social em vigor, na data limite para a entrega das propostas e, ainda, Certidão de Registro de Pessoa Física para comprovação de sua inscrição junto ao Conselho Regional de competente;

d) Certificado de Regularidade Pessoa Jurídica constando o Responsável Técnico junto ao Conselho Regional Competente;

e) Licença de Funcionamento do prestador dos serviços, expedida pela Vigilância Sanitária, devidamente regularizada.

f) Diploma do Curso compatível com a atividade;

4.4. Requerimento de Credenciamento

a) Requerimento de Credenciamento, conforme o anexo I deste edital. Encaminhá-la juntamente com a documentação de habilitação.

4.5. Declaração Unificada

a) Declaração unificada conforme modelo do Anexo.

4.6. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou, por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta.

5. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

5.1. Compete à Comissão de Contratação apreciar a documentação apresentada.

5.2. Estando ausente algum documento, ou não estando válido na data da apresentação, a Comissão de Contratação intimará a empresa interessada para corrigi-lo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

findo o qual a empresa deverá apresentar nova documentação para regularização, sob pena de não ser credenciada.

5.3. Estando a proposta apresentada de acordo com o presente edital, a proponente será considerada CLASSIFICADA/CREDENCIADA;

5.4. A proponente classificada/credenciada terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias, para a assinatura Contrato;

5.5. O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação, a qual só ocorrerá por meio de contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6. Ao final da sessão será lavrada Ata contendo os fatos ocorridos no certame;

5.7. A Comissão sempre que necessitar utilizar-se-á de técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e de outras secretarias para subsidiar as tomadas de decisão

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1. A despesa correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	02140	10.301.0004-2021	00000	3.3.90.39.50.00	Do Exercício

7. DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da entrega da Nota Fiscal/Fatura.

7.2. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias, após a emissão da nota fiscal de prestação de serviços, a qual deverá ser apresentada no mês seguinte aos serviços realizados, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Segunda via das autorizações expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Relatório analítico contendo as informações: número da ordem de autorização, nome do paciente, data da realização do exame, especificação do exame realizado, valor unitário e valor total;

7.3. Dentro do prazo previsto no subitem 7.1, o processo de pagamento será encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, para atestá-lo, confrontando as autorizações apresentadas pelo Laboratório Credenciado com àquela armazenada em seus arquivos;

7.4. Ao final de cada mês ou período, a contratada fica obrigada a apresentar junto à nota fiscal, os seguintes documentos: certidão negativa do INSS, certidão negativa do FGTS, TRIBUTOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, para que o pagamento possa ser efetuado.

8. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

8.2. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.4. As sanções estão previstas no contrato:

a) Caso o(s) fornecedor(es) descumpram o disposto no edital e no Contrato, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal de além de ter o cancelamento do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 2021 e , se sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

a.1) multa moratória de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação a data prevista para o fornecimento, até o limite do valor de 30% (trinta por cento), do valor total do Contrato, independentemente de ter causado prejuízo significativo à Administração Pública Municipal;

a.2) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas "a" e "c");

a.3) A INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO ENSEJARÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (trinta por cento) DO VALOR TOTAL DESCRITO NO CONTRATO, se injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão total, ou cancelamento

b) Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021.

8.5. As multas previstas não tem caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a detentora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

8.6. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

8.7. Os valores básicos das multas a serem cobradas pelo Município serão cobrados através documentos emitidos pela municipalidade.

8.8. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

8.9. A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pelo responsável da Secretaria solicitadora do objeto.

8.10. A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

8.11. A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (aplicação do princípio dies interpellat pro homine, previsto no art. 397 do Código Civil).

9. DO CONTRATO

9.1. A formalização do credenciamento se dará por meio de Inexigibilidade de Licitação e a celebração de contrato específico, cuja minuta integra o presente Edital.

9.2. O contrato decorrente deste credenciamento terá validade de 12 meses, podendo ser prorrogado.

10. DO DESCRENCIAMENTO

Ocorrerá o descredenciamento quando:

10.1 Por algum motivo a empresa credenciada deixar de atender as condições estabelecidas neste Edital e no contrato administrativo de prestação de serviços e também nos seguintes casos:

- a)** quando o Laboratório Credenciado falir, entrar em recuperação judicial ou for dissolvida;
- b)** quando deixar de realizar os serviços determinados e/ou programados, ou recusar atendimento sem justificativa aceita;
- c)** quando o Laboratório Credenciado ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e anuência expressa do Credenciante;
- d)** quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte do Laboratório Credenciado, bem como, pelo descumprimento dos padrões de qualidade exigidos para o atendimento;
- e)** no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do Contrato;
- f)** quando o valor total das multas previstas atingir o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) da média de valores recebidos durante a execução do Contrato;
- g)** por cobrança dos usuários de qualquer valor pelo atendimento realizado com base neste Contrato e pela impossibilidade de prestar serviços na forma estabelecida pela respectiva entidade de classe;

10.2 Houver interesse por parte da Administração pública no encerramento do Credenciamento, ficando-lhe assegurado o direito de revogar ou anular o processo de credenciamento, sem que caibam quaisquer direitos a reclamações ou indenizações.

10.3 Por qualquer outro motivo o contrato entre a Credenciada e a Administração Pública for rescindido, inclusive nos casos de má prestação dos serviços.

10.4 Encerrar-se o prazo estabelecido contratualmente, quando a rescisão será automática.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

10.5 A Credenciada poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciados, notificando de forma fundamentada a Administração Pública com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco dias), em requerimento protocolado.

10.6. O descredenciamento de conformidade com o disposto no item 10.1 não implicará no pagamento de multa ou indenização, porém, acarretará o pagamento dos serviços em andamento durante o período de aviso prévio.

10.7. No caso de descredenciamento a empresa fica impedida de credenciar-se novamente durante o prazo de vigência.

11. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

11.1. De acordo com tema 1130 do Supremo Tribunal Federal, e, determinação da Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012, alterada pela IN 2145/2023, o município deve passar a reter o IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços a partir da competência de agosto de 2023, sendo assim todos os fornecedores de bens e serviços que transacionam com o município de Curiúva deverão atender as exigências do Decreto Municipal nº 113/2023, conforme a tabela do Anexo I da INRF 1.234/2012 .

12. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL DE CHAMAMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** este edital por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, por intermédio do e-mail: licitacoes@curiuva.pr.gov.br.

12.2. Não sendo solicitados esclarecimentos e/ou informações no prazo estipulado neste item, presumir-se-á que os elementos constantes no presente Edital e suas partes integrantes são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados nesta Chamada Pública

14. DA SUBCONTRATAÇÃO:

Não é permitida, sob pena de nulidade, a subcontratação total ou parcial para a execução do Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia e anuência expressa do Credenciante.

15. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1 – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2 – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3 – Considerando os propósitos dos itens acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pela Comissão Permanente de Licitação e pelos licitantes presentes que desejarem

16.2. Ao apresentar o envelope de Documentos, fica subentendido que o(s) interessado(s) aceita(m), irrestritamente, todas as condições estabelecidas no presente Edital e em seus Anexos

16.3. O resultado do julgamento das propostas será publicado no Diário Oficial do Município

16.4. Integram o presente edital:

Anexo I – Modelo de Credenciamento

Anexo II – Modelo de Declaração Unificada

Anexo III – Minuta Termo de Contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

16.5. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Curiúva/PR, por mais privilegiado que outro seja.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA, em 14 de abril de 2025.


ALINE DE ALMEIDA FREITAS
Agente de Contratação


CHRISTIANO JUNTA BORGES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

MODELO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO
(Em papel timbrado da empresa)

Chamamento Público nº07/2025

A ...(razão social).....CNPJ:.....situada no endereço:.....na cidade devem manifestar seu interesse no credenciamento de Laboratório(s) de Análises Clínicas para aquisição de diagnóstico laboratoriais de análise clínica, anatomia patológica e citopatologia aos usuários do SUS, para o Hospital Municipal e Postos de Saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Edital de Chamamento Público n. 07/2025.

Local e data

(Razão Social da empresa Proponente - nome e CPF do representante legal)

Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

A empresa [nome da empresa], inscrita no CNPJ n.º [xxxx], localizada [endereço completo], na cidade de [xx], com telefone [xxx], endereço de e-mail [xxx], por meio de seu representante legal [nome completo do sócio, administrador ou procurador com poderes], inscrito no CPF [xxxx] e RG [xxxx], declara:

1. Estar ciente de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
2. Estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e seus anexos;
3. que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
4. que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e nas disposições dos incisos e parágrafos do art. 14, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente;
5. que cumpre com todos os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
6. cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
7. que a proposta protocolada está em conformidade com as exigências editalícias, foi elaborada de forma independente;
8. que a proposta protocolada compreende na integralidade os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
9. Fará prova de todas as informações declaradas neste processo licitatório, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Agente de O registro de preços, no prazo que o mesmo estipular;
10. Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (* Caso empregue menor, a partir de 14 anos - na condição de aprendiz - **deverá fazer a ressalva**).
11. Que atesta, no que for aplicável, o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Desta forma, o declarante está ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Local e data

XXXXXXXXXXXXX
Representante legal
CPF xxx.xxx.xxx-xx

Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os signatários deste instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CURIÚVA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.167.725/0001-30, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício, Sr. **CHRISTIANO GIUNTA BORGES**, brasileiro, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º 6.291.456-4 e o CPF sob o n.º 903.728.089-72, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua João Milleo, 378, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, e processo Licitatório decorrente do Chamamento Público 07/2025, Inexigibilidade xx/2025, neste ato denominado simplesmente **Contrante**, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado com sede **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** inscrita no CNPJ sob o n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representado pelo **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), casado (a), empresário (a), portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** e CPF sob o n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato denominado simplesmente **Contratada**, achando-se justo e contratados mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de Laboratório de Análises Clínicas para aquisição de diagnóstico laboratoriais de análise clínica, anatomia patológica e citopatologia aos usuários do SUS, para o Hospital Municipal e Postos de Saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, de conformidade com determinação e/ou programação da Secretaria Municipal de Saúde e nas condições fixadas neste Regulamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1. Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da contratada: ato convocatório, regulamento, documentação de habilitação e legislação pertinente à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

3.1. A Contratada obriga-se a realizar exames de emergência em qualquer hora e dia sendo 24h por dia e nos mesmos preço constantes na **SIGTAP que se encontra em (sigtap.datasus.gov.br)**, ficando por responsabilidade da Credenciada despesas de funcionários de plantão para essas ocorrências;

3.2. A Contratada obriga-se a manter durante toda a prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação assumidas no presente Credenciamento.

Parágrafo Primeiro: Quanto à prestação de serviços:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- a) Manter à frente dos serviços um representante capaz de responsabilizar-se pela direção dos serviços e representá-la perante a Contratante;
- b) Facilitar a ação da fiscalização e/ou à inspeção, fornecendo informações ou provendo acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas;
- c) A Contratada obriga-se à prestação de serviços de exames laboratoriais à vista da apresentação, pelo interessado devidamente identificado com documento oficial, da autorização expedida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- d) A referida autorização será expedida em 02 (duas) vias, sendo que a 2.^a (segunda) via será retida pela Contratada, para posterior conferência com a Secretaria Municipal de Saúde, na qual obterá a assinatura da parte interessada comprovando que esta retirou o exame solicitado;
- e) A Contratada deverá proceder à entrega dos exames laboratoriais à própria parte interessada, a qual a encaminhará ao médico solicitante ou disponibilizar o exame no sistema de gerenciamento
- f) Os exames laboratoriais eletivos deverão ser entregues conforme tempo acordado entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Laboratório, porém os exames laboratoriais de urgência e ou emergência deverão ser entregues no máximo de 02(duas) horas a partir da coleta dos mesmos;
- g) As coletas de exames eletivos e de urgência e emergência é de total responsabilidade do laboratório sendo que as coletas eletivas não poderá ter agendamento maior que (02) dois dias e a de exames de urgência e ou emergência não poderá demorar mais que 40 minutos a partir da comunicação realizada entre as partes.

Parágrafo Segundo: Quanto ao pessoal:

Responder pela supervisão e mão de obra necessária à prestação dos serviços contratados como única e exclusiva empregadora;

Correrão à conta da Contratada todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária e social, de sua responsabilidade incidente sobre os serviços, objeto deste Contrato;

A Contratada, através de seus responsáveis, bem como, seus empregados, deverá apresentar irrepreensível comportamento, discrição e polidez no trato e atendimento dos usuários, respondendo pela idoneidade moral de seus empregados destacados para o atendimento dos serviços de que trata o presente Contrato de Credenciamento;

A Contratante obriga-se a manter relação atualizada de seus empregados, sendo facultado à Contratada, a qualquer tempo, exigir comprovação das suas responsabilidades.

Parágrafo Terceiro: Outras obrigações:

- a) Responsabilizar-se-á pelo pagamento de impostos, taxas e leis sociais e toda e qualquer despesa referente ao serviço respondendo pelo mesmo atual e futuramente;
- b) A Contratada deverá comunicar, por escrito e de imediato, qualquer irregularidade que seja atribuída a terceiro relativo à prestação desses serviços;
- c) Assumir integral responsabilidade por qualquer dano ou prejuízo causado à Contratada ou a terceiros, por ação ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, em decorrência da prestação dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

serviços previstos neste instrumento contratual, isentando a Contratante de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato;

d) Sujeitarem-se as exigências da Saúde Pública, autoridades municipais, estaduais e federais;

e) Cumprir as normas, regulamentos, circulares, ordens de serviço, etc., emanadas da Contratante, bem como, de outras autoridades estaduais ou federal, no que se refere a regular prestação dos serviços ora contratados, com os quais a Contratada declara estar de acordo;

f) Não transpassar, ceder ou transferir o objeto deste contrato a terceiros;

g) Garantir o atendimento aos usuários na condição de urgência ou emergência, independentemente do limite fixado pela Contratada.

h) A Contratada deverá ter seu estabelecimento no Município de Curiúva em pleno funcionamento, com as instalações para realização dos procedimentos técnicos exigidos no certame, com profissionais habilitados e qualificados com capacidade suficiente para suprir a demanda ora licitada e, manter plantão 24 (vinte e quatro) horas para os serviços de atenção básica e de Urgências e emergências do Hospital Municipal.

i)

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessários para a realização completa dos serviços;

4.2. Informar a Contratada sobre quaisquer alterações necessárias para adequação do presente Contrato e realização dos serviços;

4.3. Notificar por escrito a Contratada sobre quaisquer defeitos e irregularidades encontradas na prestação dos serviços;

4.4. Notificar por escrito a Contratada da aplicação de eventuais multas, da suspensão da prestação de serviços e da sustação do pagamento de quaisquer faturas;

4.5. Efetuar o pagamento ajustado;

4.6. Autorizar a realização dos exames laboratoriais, ficando a critério do usuário proceder a escolha, dentre os Laboratórios Credenciados, qual irá realizar os serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O prazo de contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei federal 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1. O preço unitário máximo dos exames laboratoriais a serem pagos a Contratada obedecerão aos valores da Tabela **SIGTAP**, disponível em: sigtap.datasul.gov.br <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>.

6.2. O valor estimado para a execução do presente contrato importa em **R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxx)**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias, após a emissão da nota fiscal de prestação de serviços, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Curiúva, a qual deverá ser apresentada no mês seguinte aos serviços realizados, acompanhada dos seguintes documentos:

a) 2.^{as} (segundas) vias das autorizações expedidas pelo Departamento Municipal de Saúde, conforme disposto na alínea “d”, parágrafo primeiro da Cláusula Terceira deste Contrato.

b) Relatório analítico contendo as informações: número da ordem de autorização, nome do paciente, data da realização do exame, especificação do exame realizado, valor unitário e valor total;

Parágrafo Segundo: Dentro do prazo supramencionado, o processo de pagamento será encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, para atestá-lo, confrontando as autorizações apresentadas pela CREDENCIADA com àquela armazenada em seus arquivos.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

8.1. As despesas decorrentes da prestação de serviços objeto do presente contrato correrão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	02140	10.301.0004-2021	00000	3.3.90.39.50.00	Do Exercício

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não é permitida, sob pena de nulidade, a subcontratação total ou parcial para execução do Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização previa e anuência expressa do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

10.2. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

10.4. As sanções estão previstas no contrato:

10.4.1 Caso o(s) fornecedor(es) descumpram o disposto no edital e no Contrato, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal de além de ter o cancelamento do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 2021 e , se sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

a.1) multa moratória de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação a data prevista para o fornecimento, até o limite do valor de 30% (trinta por cento), do valor total do Contrato, independentemente de ter causado prejuízo significativo à Administração Pública Municipal;

a.2) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas "a" e "c");

a.3) A INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO ENSEJARÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (trinta por cento) DO VALOR TOTAL DESCRITO NO CONTRATO, se injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão total, ou cancelamento

b) Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021.

10.5. As multas previstas não tem caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a detentora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

10.6. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

10.7. Os valores básicos das multas a serem cobradas pelo Município serão cobrados através documentos emitidos pela municipalidade.

10.8. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

10.9. A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pelo responsável da Secretaria solicitadora do objeto.

10.10. A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

10.11. A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (aplicação do princípio dies interpellat pro homine, previsto no art. 397 do Código Civil).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

11.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no § 2º do Art. 131 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, demais normas federais aplicáveis e, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, ficando eleito o foro da Comarca do **contratante**, para a resolução de questões resultantes deste.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, assinando igualmente duas testemunhas para que o mesmo possa surtir seus jurídicos e legais efeitos.

Curiúva/PR, XXXXXXXXXXXXXXX de 2025

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

Testemunha

Nome:

CPF:

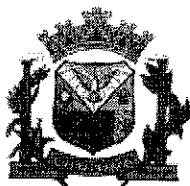
RG:

Testemunha

Nome:

CPF:

RG:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA**

Av. Antônio Cunha, 365 - Centro - CEP: 84280-000

CNPJ: 76.167.725/0001-30 - Telefone: (43) 3545-1222

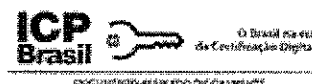
CURIÚVA - Paraná

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Data de Publicação	14/04/2025 11:02:21	Ano	2025
Categoria	Licitações	Subcategoria	Chamamento Público
Descrição do Arquivo	CHAMAMENTO PUBLICO 07/2054 - Credenciamento de Laboratórios de Análises Clínicas		

Dados do Certificado digital

Titular	PM Curiúva 2025	CPF / CNPJ	76167725000130
Tipo de Certificado	e-cnpj	Formato do Certificado	A1
Empresa Expedidora	AC SOLUTI Multipla v5		
Empresa Certificadora	ICP-Brasil		
Unidade Organizacional	AC SOLUTI v5		
Data de Expedição	24/01/2025	Data de Validade	24/01/2026





ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA: 78187725000130
PUBLICAÇÃO OFICIAL
Local: CURIÚVA - PARANÁ
Assinatura: 04/2025

MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ANO XI | Publicação Nº 13468 | segunda-feira, 14 de abril de 2025 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA ESTADO DO PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE ABERTURA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2025

O **MUNICÍPIO DE CURIÚVA**, Estado do Paraná, através da Agente de Contratação, de conformidade com a Lei Federal nº Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 20/2022, do Decreto 26/2024, Decreto 27/2024, torna público que estará recebendo envelopes com a documentação partir desta publicação **até 31 de dezembro de 2025**, o Edital de Chamamento Público para o credenciamento de laboratório de análises clínicas para aquisição de diagnóstico laboratoriais de análise clínica, anatomia patológica e citopatologia aos usuários do SUS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Hospital Municipal e Posto de Saúde, referenciados na tabela de procedimento SUS, SIGTAP - (sigtap.datasus.gov.br). O inteiro teor do Edital encontra-se disponível no site da Prefeitura de Curiúva, sito: www.curiuva.pr.gov.br ou na Prefeitura Municipal de Curiúva à Avenida Antônio Cunha, 81 – Centro, Curiúva – PR, no horário comercial.

Curiúva, 14 de abril de 2025.

ALINE DE ALMEIDA FREITAS
Agente de Contratação

CHRISTIANO GIUNTA BORGES
Prefeito Municipal



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP-Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 78187725/0001-30 em 14/04/2025
Av. Antônio Cunha, 81 – Fone (43) 3545-4222 - CEP 84280-000 - Curiúva - Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do site www.curiuva.pr.gov.br

CORREIO DO NORTE

Grupo primavera é lançado no PSF Los Angeles com foco na saúde mental da pessoa idosa

De Wenceslau Braz
Do Correio do Norte

Encontro marcou o início de uma série de ações voltadas ao bem-estar, à convivência social e à valorização da terceira idade em Wenceslau Braz.

Na manhã da última quinta-feira (11), o PSF Los Angeles, em Wenceslau Braz, sediou o lançamento do Grupo Primavera, iniciativa voltada à promoção da saúde mental e da qualidade de vida da população idosa. A ação integra a política de atenção primária da saúde do município e teve como tema central: "Saúde mental da pessoa idosa – é preciso saber viver".

O encontro contou com a presença de profissionais de diversas áreas da unidade, que proporcionaram um ambiente acolhedor, repleto de escuta, troca de experiências e alegria. A proposta do grupo é oferecer encontros periódicos que incentivem a convivência, o fortalecimento

de vínculos e a prevenção de doenças relacionadas ao isolamento e à inatividade.

Estiveram envolvidos na realização do evento os seguintes profissionais: a enfermeira Amanda Hellen da Silva, a médica Franciele Aparecida da Silva dos Santos, o dentista Antonio Carlos Bordin, a auxiliar de serviços gerais Maria de Fátima Barbosa, além das agentes comunitárias de saúde Sandra Corrêa de Abreu, Stela Elvira da Silva, Eliziane Aparecida Santos, Elaine Maria Rosa, Paula Cristina Toaldo Mendes e Patrícia de Oliveira Gouveia. A recepção ficou por conta de Maria Rita de Cássia Nêcio.

A administração municipal, sob a liderança do prefeito Luiz Carlos Vidal, o Polaco, segue investindo em ações que promovam o cuidado integral com a população idosa. O Grupo Primavera nasce como um espaço para florescer novos vínculos, promover o bem-estar e valorizar a vivência e sabedoria das pessoas da terceira idade.



Wenceslau Braz promove semana de valorização do trabalhador com emprego, cultura e empreendedorismo

De Wenceslau Braz
Do Correio do Norte

Feirão de Empregos, Show do Trabalhador e lançamento do Programa Cidade Empreendedora integram ações que fortalecem oportunidades e celebram a força de quem move o município.

Wenceslau Braz se prepara para viver uma semana histórica de valorização da sua população trabalhadora.

Entre os dias 29 de abril e 2 de maio, uma série de ações articuladas pela Prefeitura

Municipal, em parceria com a Secretaria de Cultura e o SEBRAE/PR, destacam o compromisso da atual gestão com o desenvolvimento humano, social e econômico do município.

No dia 30 de abril, o Espaço Chico será o centro das atividades com dois grandes eventos: o 1º Feirão de Empregos e Oportunidades e o Show do Trabalhador. Das 9h às 16h, empresas da região estarão reunidas oferecendo diversas vagas de emprego. A ação busca facilitar o acesso

da população ao mercado de trabalho, promovendo a recolocação profissional e a geração de renda.

E para celebrar, a partir das 18h, o local será transformado em palco de festa com a 1ª edição do Show do Trabalhador, que contará com apresentação ao vivo da banda New York, show da Fanfarra Municipal e praça de alimentação. Um evento gratuito, pensado para toda a família, reforçando os laços da comunidade e valorizando a cultura local.

A valorização do trabalho

também passa pela capacitação e incentivo ao empreendedorismo. Nesse sentido, na manhã do dia 9 de abril, foi lançado no CRAS o Programa Cidade Empreendedora, resultado de uma parceria com o SEBRAE/PR. Representando o prefeito Luiz Carlos Vidal (Polaco), o vice-prefeito Paulo Henrique Lima (Rick) participou do evento ao lado do secretário de Indústria, Comércio, Trabalho e Emprego, Fábio Machado de Almeida. Também foi formado o Comitê Gestor Local, que atuará no



planejamento estratégico para fomentar negócios e impulsionar a economia local.

E para reconhecer o empenho diário dos servidores públicos municipais, a Prefeitura decretou feriado no dia 2 de maio. A medida exclui os profissionais da área da saúde,

que seguirão atendendo normalmente para garantir os serviços essenciais.

Com ações coordenadas, a gestão municipal reafirma seu compromisso com o bem-estar, o progresso e o futuro da população de Wenceslau Braz.

ADENDO 01
Processo 19/2025 - Pregão

Considerando o Pedido de Impugnação, protocolo nº 255/2025, encaminhado por DE REAVEL V. 30.260.538/0001-04, aliado a necessidade de realização do Pregão nº 04/2025, passa a vigorar conforme segue abaixo:

1.2. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
1.2.2. Veículo Novo, 0km, entregue Emplacado no Município de Saúde de Coronel Domingos Soares.

O presente adendo será, além de publicado no Diário Oficial do Município, disponibilizado no site do Município <http://www.pr.gov.br>, na aba "portal de transparência"/"licitações", na Plataforma Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil-BLL.

2. A "Agenda de eventos" constante do preâmbulo do edital passa a vigorar na seguinte disposição de datas e horários:

“- ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: as 08h (horário local) do dia 30 de abril de 2025. LOCAL: Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br.

- INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 08h30min (horário local) do dia 30 de abril de 2025. LOCAL: Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br.

Centro Administrativo Adão Reis, em 11 de abril de 2025.

Fernanda Roberta da Rosa

Pregoeira

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
227568625

Documento emitido em 14/04/2025 09:52:10.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 11873 | 14/04/2025 | PÁG. 86

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE: www.imprensaoficial.pr.gov.br

pleto se encontra à disposição dos interessados na Av. Antônio Cunha, 81, no horário de expediente

a, 14 de abril de 2025.
E ALMEIDA FREITAS
Agente de Contratação
CHRISTIANO GIUNTA BORGES
Prefeito Municipal

38356/2025

licitação ABERTURA
EDITAL PÚBLICO Nº 07/2025

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, por meio da Comissão de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data desta publicação, o Edital de Chamamento Público que tem como objeto o credenciamento de laboratório de análises clínicas para aquisição de diagnóstico laboratoriais de análise clínica, anatomia patológica e citopatologia aos usuários do SUS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - Hospital Municipal e Posto de Saúde, referenciados na tabela de procedimento SUS, SIGTAP - sigtap.datasus.gov.br. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Curiúva à Av. Antônio Cunha, 81, no horário de expediente e no site www.curiuva.pr.gov.br.

Curiúva, 14 de abril de 2025.

ALINE DE ALMEIDA FREITAS

Agente de Contratação

38359/2025

Curiúva**AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA**
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, por meio da Comissão de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data desta publicação, o Edital de Chamamento Público que tem como objeto o credenciamento de empresa para prestação de serviços de transporte de máquinas pesadas e veículos, todos da frota municipal, através de caminhão tipo prancha e guincho acoplado. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Curiúva à Av. Antônio Cunha, 81, no horário de expediente e no site www.curiuva.pr.gov.br.

Curiúva, 14 de abril de 2025.

ALINE DE ALMEIDA FREITAS

Agente de Contratação

CHRISTIANO GIUNTA BORGES

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2025

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, por meio da Comissão de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data desta publicação, o Edital de Chamamento Público que tem como objeto o credenciamento de empresa especializada para prestação de serviço de hospedagem no Município de Curiúva-PR, para atender a Secretaria Municipal de Administração. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Curiúva à Av. Antônio Cunha, 81, no horário de expediente e no site www.curiuva.pr.gov.br.

Curiúva, 14 de abril de 2025.

ALINE DE ALMEIDA FREITAS

Agente de Contratação

CHRISTIANO GIUNTA BORGES

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, por meio da Comissão de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data desta publicação, o Edital de Chamamento Público que tem como objeto o credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização e propaganda volante em carro de som para divulgação das campanhas e eventos do município. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Curiúva à Av. Antônio Cunha, 81, no horário de expediente e no site www.curiuva.pr.gov.br.

Curiúva, 14 de abril de 2025.

ALINE DE ALMEIDA FREITAS

Agente de Contratação

CHRISTIANO GIUNTA BORGES

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2025

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, por meio da Comissão de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data desta publicação, o Edital de Chamamento Público que tem como objeto o credenciamento da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, visando à aquisição de gêneros alimentícios - hortifrut, destinados à Secretaria

Espigão Alto do Iguaçu**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU**
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025/PMEAI
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos e materiais audiovisuais diversos, através da Secretaria Municipal de Administração de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, em conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

As propostas serão recebidas até às 08:00 horas do dia 07/05/2025.

Autorização: Agenor Bertoncello – Prefeito Municipal.

Informações sobre o pregão: O edital poderá ser obtido na página eletrônica do Banco do Brasil, disponibilizado no site www.licitacoes-e.com.br, no www.espigaualtoiguacu.pr.gov.br, no PNCP ou na Comissão de Licitações, localizada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, sito a Avenida Brasília, nº 551, fone: (46) 3553-1484.

Espigão Alto do Iguaçu, 11 de abril de 2025.

ARMELINDO FLÁVIO DREIER

Secretário de Administração

38201/2025

Fazenda Rio Grande**HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 04/2025, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de troféus e medalhas destinadas às premiações nas competições e eventos programados pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Fazenda Rio Grande, e ADJUDICA o grupo 01 em favor da empresa ICS ESPORTE COMERCIO MATERIAL ESPORTIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.525.422/0001-98, vencedora com o valor total de R\$ 72.210,00 (setenta e dois mil e duzentos e dez reais).

Fazenda Rio Grande/PR, 10 de abril de 2025.

Marco Antonio Marcondes Silva

Prefeito Municipal

38245/2025

Formosa do Oeste**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE**
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025.

O Município de Formosa do Oeste - PR, torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 12 de maio do ano de 2025, na plataforma Compras.gov.br, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

ADENDO 01

Processo 19/2025 – Pregão 04/2025

Considerando o Pedido de Impugnação, protocolado no dia 11/04/2025, sob o nº 255/2025, encaminhado por de REAVEL VEÍCULOS LTDA. CNPJ 30.260.538/0001-04, aliado a necessidade de realinhar o Edital de licitação nº 04/2025, passa a vigorar conforme segue abaixo, permanecendo inalterado outros dispositivos do certame:

1.2. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ALUSIVAS AO OBJETO
1.2.2. Veículo Novo, 0km, entregue Emplacado e licenciado no nome do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Domingos Soares.

O presente adendo será, além de publicado no DIOEMS e DIOE, será disponibilizado no site do Município <http://www.pmeds.pr.gov.br/licitacao/>, na aba "portal de transparência"/"licitações", na Plataforma Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil-BLL.

2. A "Agenda de eventos" constante do preâmbulo do edital passa a vigorar na seguinte disposição de datas e horários:

- ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 08h (horário local) do dia 30 de abril de 2025. LOCAL: Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br.

- INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 08h30min (horário local) do dia 30 de abril de 2025. LOCAL: Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br, Centro Administrativo Adão Reis, em 11 de abril de 2025.

Fernanda Roberta da Rosa
Pregoeira

38506/2025

Municipal de Saúde. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Curiúva à Av. Antônio Cunha, 81, no horário de expediente e no site www.curiuva.pr.gov.br.

Curiúva, 14 de abril de 2025.
ALINE DE ALMEIDA FREITAS
Agente de Contratação
CHRISTIANO GIUNTA BORGES
Prefeito Municipal

38356/2025

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2025

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, por meio da Comissão de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data desta publicação, o Edital de Chamamento Público que tem como objeto o credenciamento de laboratório de análises clínicas para aquisição de diagnóstico laboratoriais de análise clínica, anatomia patológica e citopatologia aos usuários do SUS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Hospital Municipal e Posto de Saúde, referenciados na tabela de procedimento SUS, SIGTAP - sigtap.datasus.gov.br. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Curiúva à Av. Antônio Cunha, 81, no horário de expediente e no site www.curiuva.pr.gov.br.

Curiúva, 14 de abril de 2025.
ALINE DE ALMEIDA FREITAS
Agente de Contratação

38359/2025

Curiúva

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, por meio da Comissão de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data desta publicação, o Edital de Chamamento Público que tem como objeto o credenciamento de empresa para prestação de serviços de transporte de máquinas pesadas e veículos, todos da frota municipal, através de caminhão tipo prancha e guincho acoplado. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Curiúva à Av. Antônio Cunha, 81, no horário de expediente e no site www.curiuva.pr.gov.br.

Curiúva, 14 de abril de 2025.
ALINE DE ALMEIDA FREITAS
Agente de Contratação
CHRISTIANO GIUNTA BORGES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2025

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, por meio da Comissão de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data desta publicação, o Edital de Chamamento Público que tem como objeto o credenciamento de empresa especializada para prestação de serviço de hospedagem no Município de Curiúva/PR, para atender a Secretaria Municipal de Administração. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Curiúva à Av. Antônio Cunha, 81, no horário de expediente e no site www.curiuva.pr.gov.br.

Curiúva, 14 de abril de 2025.
ALINE DE ALMEIDA FREITAS
Agente de Contratação
CHRISTIANO GIUNTA BORGES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2025

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, por meio da Comissão de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data desta publicação, o Edital de Chamamento Público que tem como objeto o credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização e propaganda volante em carro de som para divulgação das campanhas e eventos do município. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Curiúva à Av. Antônio Cunha, 81, no horário de expediente e no site www.curiuva.pr.gov.br.

Curiúva, 14 de abril de 2025.
ALINE DE ALMEIDA
Agente de Contratação
CHRISTIANO GIUNTA
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO**
O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, por meio da Comissão de Contratação, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data desta publicação, o Edital de Chamamento Público que tem como objeto o credenciamento de empresa especializada para aquisição de gêneros alimentícios – hortifrutti, destinados à Secretaria

Espigão Alto do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025/PMEAI EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos e materiais audiovisuais diversos, através da Secretaria Municipal de Administração de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, em conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

As propostas serão recebidas até às 08:00 horas do dia 07/05/2025.

Autorização: Agenor Bertoncello – Prefeito Municipal.

Informações sobre o pregão: O edital poderá ser obtido na página eletrônica do Banco do Brasil, disponibilizado no site www.licitacoes-e.com.br, no www.espigaualtoiguacu.pr.gov.br, no PNCP ou na Comissão de Licitações, localizada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, sito a Avenida Brasília, nº 551, fone: (46) 3553-1484.

Espigão Alto do Iguaçu, 11 de abril de 2025.

ARMELINDO FLÁVIO DREHER
Secretário de Administração

38201/2025

Fazenda Rio Grande

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 04/2025, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de troféus e medalhas destinadas às premiações nas competições e eventos programados pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Fazenda Rio Grande, e ADJUDICA o grupo 01 em favor da empresa ICS ESPORTE COMERCIO MATERIAL ESPORTIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.525.422/0001-98, vencedora com o valor total de R\$ 72.210,00 (setenta e dois mil e duzentos e dez reais).

Fazenda Rio Grande/PR, 10 de abril de 2025.
Marco Antonio Marcondes Silva
Prefeito Municipal

38245/2025

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
227578625

Documento emitido em 14/04/2025 08:52:57.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 11873 | 14/04/2025 | PÁG. 86

Para verificar a autenticidade desta página, basta inserir o código localizador no site do DIOE: www.impressaooficial.pr.gov.br

Oeste

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025.
Este - PR, torna público que fará realizar, a partir de maio de 2025, na plataforma ELETRÔNICA, na forma Eletrônica, sob regime de preço menor preço, a preços fixos e sem reajuste,

(da(s) seguinte(s) obra(s):